



associação portuguesa de  
bibliotecários, arquivistas e documentalistas



13º ENCONTRO NACIONAL  
ARQUIVOS MUNICIPAIS  
18 e 19 de Outubro de 2019  
CASCAIS

## Os Serviços educativos nos arquivos municipais portugueses e a memória local

*Alexandra Vidal<sup>a</sup>*

*Luísa Alvim<sup>b</sup>*

*<sup>a)</sup> Facultad de Ciencias de la Documentación Universidad Complutense – Madrid,  
vidal.alexandra@gmail.com*

*<sup>b)</sup> CIDEHUS-Universidade de Évora, Portugal, mluisa.alvim@gmail.com*

---

### Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre as atividades do serviço educativo dos arquivos municipais. Faz-se uma apreciação dos 48 arquivos municipais portugueses, registados no *Diretório BAD–Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, sobre se possuem um serviço educativo que trabalha para e com a comunidade local os temas da sua região, se estão direcionados para o trabalho da memória de quem os produziu e se dão a conhecer aos cidadãos da sua região o respetivo património arquivístico à sua guarda. O serviço educativo é muito importante no arquivo, que deve dar a conhecer os fundos e coleções, proporcionando e criando material formativo, apoiando programas educativos municipais de promoção da cultural local, etc. A recolha de dados foi realizada por observação no *Diretório* e através da realização de um inquérito por questionário dirigido aos responsáveis destes arquivos. Foram detetados obstáculos nas estruturas organizacionais dos arquivos que podem impossibilitar a existência do SE, nomeadamente a falta de tratamento técnico dos fundos, a falta de técnicos especializados, poucos recursos humanos e a falta de espaços. Verificou-se uma opinião muito positiva sobre a incidência do serviço educativo no contacto com os documentos originais e no apoio ao ensino da História, valorizando a história local/regional, a partir dos fundos e coleções de cada arquivo municipal. Nas considerações finais defende-se um serviço educativo que deverá ser posicionado na difusão e na comunicação da memória preservada no seu património arquivístico.

**Palavras-chave:** Serviço educativo, Arquivos municipais, Memória local, Património arquivístico, Portugal.

---

### Introdução

Com este trabalho pretende-se refletir sobre a função do serviço educativo (SE) nos arquivos municipais, nomeadamente se trabalham a partir dos fundos e coleções que possuem, os temas de história local/regional, se trabalham para e com a comunidade local, ou seja se estão orientados para o trabalho da memória de quem os produziu e se dão a conhecer aos cidadãos da sua região o respetivo património arquivístico à sua guarda. Questionou-se os responsáveis dos arquivos municipais portugueses sobre estas e outras questões, como por exemplo, o que pensam sobre o estabelecimento de parcerias com serviços culturais do município ou com outras instituições, sobre a formação dos colaboradores, qual o público-alvo a quem se destinam os serviços, etc. Pretendeu-se também conhecer a perceção dos responsáveis destes arquivos, enquanto

mediadores do património arquivístico, perante a possibilidade de existência de um SE direcionado ao público local, para além dos investigadores e da Administração pública.

A recolha dos dados foi realizada a partir da análise da informação registada no Diretório BAD– Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - Arquivos Municipais (2019) e através de um questionário aos responsáveis dos arquivos.

### **O Serviço educativo nos arquivos**

Os arquivos devem cumprir funções básicas, desde reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos à sua guarda. Têm que responder às solicitações das suas administrações e das instituições que os suportam. Mas existe uma mudança radical no conceito de arquivo, de centro de custódia de documentos, assume na contemporaneidade, funções culturais e educativas (Pérez Herrero, 2006). Os arquivos públicos podem servir a comunidade em geral, o investigador e o cidadão comum, assumindo novos desafios, melhorando a imagem e fortalecendo a sua identidade (Torres López, 2010).

O SE tem surgido associado às mais diversas instituições para as promover, dar a conhecer e implementar programas com os mais diversos objetivos. Nos arquivos surgem para dar a conhecer os fundos, a história, e muito mais, organizando as mais diversas atividades e ações. Há autores que falam do SE como uma missão do arquivo, entre as outras já referidas, para dar a conhecer o próprio arquivo e o seu património (Gouveia, 2008; Patrício, 2016; Henriques, 2017).

A literatura científica sobre SE e arquivos não é muito vasta, refere-se alguns dos autores (Behr, 1974; Franz, 1986; Brochu, 1987; Alberch i Fugueras & Boadas i Raset, 1991; Courchesne, 1999; Barros, 2008; Gouveia, 2008; Bellotto, 2014; Henriques, 2013; Henriques, 2017; Patrício, 2016), etc. Deparou-se com correntes teóricas que associam o SE às tarefas das instituições da Cultura e às ações daí decorrentes, e cada vez mais, uma outra que associa o SE à Escola/Educação e à ação pedagógica. Porém, existem autores que defendem que todas as atividades culturais podem ser educativas, independentemente do carácter e do público a que se destinam.

A atividade do SE do arquivo, enquanto ação cultural, reveste-se de ações como exposições, atividades de lazer, teatro, conferências e palestras, etc. Estas ações se não possuem carácter educativo, assumem-se como atividades de difusão cultural destinadas a públicos diversos, como por exemplo, a visita ao arquivo em que se visualiza os documentos como *curiosidades*. Sem dúvida que há a necessidade de integrar as atividades dos arquivos na política cultural dos municípios com voz e personalidade próprias (Alberch i Fugueras, 1998). Note-se que a maioria dos cidadãos ainda tem uma imagem não muito correta dos arquivos e graças a conferências e exposições, os munícipes ficam mais esclarecidos sobre a realidade do passado da sua comunidade. Ramon Albrecht i Fugueras (1998) chamou à atenção para o difícil equilíbrio entre as atividades culturais dos arquivos e a sua função de suporte à gestão administrativa. A função cultural, não é uma mera função acessória mas uma competência essencial e a sua afirmação tem vindo a ser um verdadeiro desafio para os profissionais de arquivo.

No entanto, quando o SE desenvolve ações formativas, por exemplo, oficinas em que se ensina a pesquisar fontes históricas, pode então falar-se de um autêntico SE (Bellotto, 2014). A ação educativa dos arquivos tem vindo a afirmar-se, seja pelo carácter das ações pedagógicas que desenvolvem, pela implementação de objetivos para dar a conhecer os conteúdos dos documentos

arquivísticos, seja pela aproximação à escola e aos professores, seja à aproximação ao público escolar a quem destinam as suas ações.

Pode definir-se a ação educativa por um tipo de atividade específica ou em função do tipo de cliente a quem se destina, nomeadamente o público escolar. Na ação educativa terá que estar implícito a intenção formativa (Courchesne, 1999). Este último conceito foi assumido neste estudo, que considera o SE enquanto anúncio de uma intenção formativa, tendo presente objetivos definidos de acordo com um conteúdo, que proporciona a implementação de meios para os atingir e eventualmente considera a existência de mecanismos de avaliação.

A bibliografia constata a existência de estudos sobre serviços educativos em arquivos portugueses, nomeadamente sobre o Arquivo Regional da Madeira (Barros, 2008; Gouveia, 2008), o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Henriques, 2013; Henriques, 2017), o Arquivo Municipal de Sines, o Arquivo Municipal de Lisboa, o Arquivo Municipal de Ponte de Lima (Patrício, 2016), o Arquivo Histórico Municipal do Porto, o Arquivo Municipal de Penafiel, o Arquivo Municipal da Póvoa do Varzim, o Arquivo Municipal de Lagoa, o Arquivo Municipal de Torres Vedras, o Arquivo Distrital de Aveiro (Gouveia, 2008), etc.

Em Portugal, a partir da era pós 25 de abril, com a abertura das instituições à democracia e à aproximação dos cidadãos, em paralelo com a evolução das teorias arquivísticas, os arquivos municipais conheceram uma nova era, não só nos seus meios técnicos de tratamento de informação mas também na divulgação externa do seu trabalho. Devem ser precisamente os arquivos que devem adaptar suas ofertas às demandas e capacidades dos seus utilizadores, o serviço é que deve sempre antecipar as necessidades dos cidadãos (Cerdá Díaz, 2005).

Apesar da constatação de um grande grupo de arquivos municipais com SE, para além dos mencionados no *Diretório*, não existe nenhuma estratégia política, nem programas ou orientações do órgão coordenador da política arquivística nacional, como tem existido para outras áreas da arquivística. Recentemente, o Ministério da Educação propôs, através do Decreto-Lei n.º 55 de 6 de julho (2018), entre muitas outros itens: «Dispor de maior flexibilidade na gestão curricular, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar, de modo a aprofundar, reforçar e enriquecer as aprendizagens essenciais; fomentar nos alunos o desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação». Estes objetivos poderão ser uma oportunidade para aproximar os SE dos arquivos aos currículos das escolas.

### **Serviço Educativo e a Memória local**

A identidade local/regional é determinada por um sentimento de enraizamento e de pertença, edificada pelo património cultural e documental. É muito importante a transmissão do valor do património para a consolidação e construção da identidade e coesão social. Cox (1993) defendeu que a natureza da memória pública tem relevância para o trabalho do arquivo, especialmente no aspeto da programação. Trabalhar a memória é uma das missões fundamentais do arquivo, porque estão dotados com documentos para fazer a extensão da memória humana até ao público das suas comunidades.

No âmbito das políticas culturais e educativas dos municípios, faz sentido que o arquivo municipal posicione o SE na difusão e na comunicação da memória preservada no património arquivístico. O SE transforma a informação dos seus documentos, e os próprios documentos, em conhecimento para os cidadãos (Henriques, 2017).

Em França, Franz (1986), no âmbito da Division of the General Information Programme of UNESCO, apresentou orientações para os professores e para os arquivistas intensificarem a sua

relação no sentido de uma melhor compreensão e valorização da história, familiarizando os professores com os documentos originais essenciais para a escrita da história. O autor encorajou os professores a beneficiar dos programas de extensão educativa do arquivo e os arquivistas a desenvolver programas nesta área. Dar a conhecer os documentos originais é uma tarefa essencial do arquivo junto do público escolar (Pipon & Laubie, 2011).

O arquivo municipal enquanto repositório de fundos arquivísticos e coleções de e sobre uma região deverá ser o principal testemunho de história local/regional. A preservação desse património físico será também a preservação da memória da comunidade que o produziu e acumulou. Belloto (2014) defendeu um SE do arquivo, aberto ao público escolar, que complementa a educação formal ministrada nas escolas, trazendo a história local, fundamentada nos fundos e coleções, para o ensino da disciplina da História universal. A utilização dos fundos arquivísticos para o esclarecimento da história local é considerada como fundamental para a melhoria dos currículos escolares (Gouveia, 2008).

A questão da educação e dos benefícios da flexibilização do currículo a nível local pelas escolas, e da aproximação da Educação Histórica à Educação Patrimonial e Cidadã está no atual centro de debate. É pertinente articular o currículo nacional de História, nos diversos graus de ensino, com os currículos de História de construção local, permitindo aos cidadãos preservar a sua identidade local (Alves, 2006). O Decreto-Lei n.º 55 de 6 de julho (2018) vem disponibilizar ao ensino em Portugal «de maior flexibilidade na gestão curricular, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar, de modo a aprofundar, reforçar e enriquecer as aprendizagens essenciais; Implementar a componente de Cidadania e Desenvolvimento, enquanto área de trabalho presente nas diferentes ofertas educativas e formativas, com vista ao exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade». Ainda não existem estudos com dados públicos sobre a concretização destes objetivos, contidos no decreto-lei, mas constata-se que o SE do arquivo, através das estruturas dos municípios, terá neste novo quadro de ensino em Portugal, a possibilidade de divulgar os seus acervos de contexto local e explorar conteúdos refletindo as vivências das atividades humanas da sua região.

Uma das tendências nas publicações científicas da área da Arquivística, a nível internacional, segundo o estudo de Freitas & Silva (2016), é a ênfase dos temas relacionados com o papel comunitário dos arquivos e a sua identidade local. Há um empenho por parte dos investigadores estudarem temas que dizem respeito aos arquivos e à defesa e constituição de coleções sobre temas locais e regionais. Talvez esta situação revela que os arquivos estão a tomar consciência da importância da história, da cultura e da informação local e a utilizar esta estratégia para assegurar a identidade cultural e a memória das comunidades locais num mundo global.

Por exemplo, Pétilat & Guigueno (2016) apresentaram um relatório de um programa, iniciado em 2012, pelo Serviço Interministerial de Arquivos de França, com as políticas da ação pedagógica dos arquivos públicos para as escolas. Relatam a existência de programas dos serviços educativos dos arquivos em que colocam os jovens e crianças das escolas públicas em contacto com os documentos originais sobre a história da sua região. Fazem uma avaliação dos SE dos arquivos ao longo dos anos, constatando que às tradicionais ofertas de visitas guiadas, acrescentam outras ofertas de atividades pedagógicas muito enriquecedoras relacionadas com a história local.

No caso português, nas conclusões do 12º Encontro Nacional de Arquivos Municipais refere-se que há um interesse dos arquivistas pelas temáticas locais, com particular destaque para a história, reposicionando o arquivo como memória viva da comunidade (2016). Ainda a este respeito, foi

realizado um estudo por Alvim & Silva (2016) sobre como os arquivos municipais portugueses descrevem e tornam acessível, na rede social Facebook, a informação local e regional contida nos documentos à sua guarda e como gerem as contribuições dos cidadãos sobre os mesmos documentos nessa rede social online. Os resultados mostraram que as informações que os arquivos partilhavam eram generalistas, mas existindo um crescendo de resultados no tratamento e na divulgação de assuntos de história local.

### **Serviço educativo e parcerias**

A cooperação institucional é uma prática que se impõe cada vez mais, reforçada com o aparecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), nomeadamente através do Objetivo 17, que diz respeito às parcerias a implementar. O *Objetivo 17- Parcerias* é considerado como transversal para a execução de todos os outros objetivos. Todos eles pretendem um novo modelo global que traga prosperidade, bem-estar, entre muitos outros fins, aos cidadãos de todo o mundo. Incentiva-se ao trabalho em colaboração e cooperação, tanto ao nível de governos nacionais como às administrações e instituições de nível local.

O SE do arquivo, trabalhando em parceria com outros serviços, fornece mais acesso à informação sobre a localidade e a região, sendo de extrema importância para o cidadão adquirir a cultura local e criar comunidade (Alvim, Salgado e Vargues, 2017). O SE ao partilhar recursos humanos, conhecimentos, competências, recursos financeiros, etc. com outras estruturas locais, regionais e nacionais, melhora o serviço que presta e permite-lhe uma maior visibilidade e sustentabilidade.

No estudo de avaliação, de Pétilat & Guigueno (2016), relativo aos serviços educativos dos arquivos públicos franceses, aponta-se como o maior desafio a interligação estreita com entidades da comunidade que promovem a educação artística, cultural e patrimonial, sejam associações, indivíduos, etc. A cooperação frutuosa com a comunidade educativa e com uma rede de parcerias será o caminho para o desenvolvimento.

### **Método**

O caso de estudo que se apresenta diz respeito a um universo de 48 arquivos municipais registados no Diretório BAD–Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (consulta no dia 01 junho 2019). Utilizou-se uma amostra probabilística por conveniência, utilizando todos os dados dos arquivos municipais portugueses registados no Diretório, revelando-se numa facilidade operacional para obtenção de um universo de estudo. Também pesou para a decisão por esta opção, o facto de estes arquivos disponibilizarem informação sobre os serviços educativos que prestam e revelarem interesse e empenho em divulgar o serviço. A escolha deste tipo de amostragem probabilística por conveniência não permitiu fazer afirmações gerais com rigor estatístico sobre esta população e sobre o tema do estudo. Apesar deste constrangimento, ao realizar-se esta investigação que recolheu e avaliou dados sobre a consciência de profissionais dos arquivos perante o SE e as suas práticas, pretendeu-se produzir informação que concorra para uma melhoria da compreensão deste fenómeno (Coutinho, 2011).

A recolha dos dados foi realizada por observação na página web do Diretório BAD e através da realização de um inquérito por questionário aos responsáveis dos arquivos.

Relativamente ao questionário, colocaram-se aos profissionais as seguintes questões referentes ao SE: caracterização: existência de um plano de atividades/programas/projetos/ações, existência de um orçamento exclusivo para o serviço, qual o tipo de atividades/programas/projetos/ações desenvolvidas; qual os temas que trabalham, genéricos ou sobre a História/património local e regional, se são derivados dos fundos e coleções do arquivo e qual o tipo de público-alvo com

que trabalham; Parcerias: pediu-se opinião sobre a importância de estabelecer parcerias e classificar a importância com determinadas instituições; Opinião sobre se o arquivo necessita de criar/manter /alterar/modificar o serviço educativo e se deverá trabalhar temas de história local/regional a partir dos fundos e coleções que o arquivo possui.

O questionário em linha decorreu entre 02 de julho e 30 de julho de 2019, foi enviado por correio eletrónico para os endereços dos arquivos municipais, com perguntas de tipo aberto e fechado. O inquérito por questionário foi efetuado no sistema eSurvey Creator (2018) em linha. Utilizou-se o método quantitativo para analisar os resultados dos questionários através de indicadores e métricas para obtenção de resultados numéricos. A escala de medida *Likert* foi utilizada nalgumas das questões para levantamentos de opiniões e avaliações. Os dados obtidos com esta escala foram apresentados por meio de estatística descritiva usando tabelas.

Recorreu-se também ao método qualitativo para a análise de conteúdo dos resultados obtidos nos comentários a determinadas questões do questionário sobre os serviços educativos e na leitura das informações descritivas que os arquivos registaram no Diretório BAD. Os comentários às perguntas em aberto do questionário foram transcritos sem modificações e apresentados anonimamente.

Nas considerações sobre o trabalho dos arquivos municipais foram tidos em conta os trabalhos recentes já efetuados sobre os arquivos municipais no Diretório (Freitas & Marinho, 2014; 2016).

## Resultados e Discussão

### Análise de conteúdo da informação do Diretório BAD

Apresenta-se um quadro resumo sobre os dados recolhidos referentes aos arquivos do Diretório BAD (figura 1).

| 48 Arquivos Municipais no Diretório BAD | Existência de SE | Não têm SE |
|---|------------------|------------|
| 28 Arquivos responderam ao inquérito    | 13               | 15         |
| 20 Arquivos não responderam             | 10               | 10         |

**Figura 1:** Quadro resumo sobre os arquivos municipais do Diretório BAD, respostas ao questionário e serviços educativos

Em primeiro lugar, analisou-se a informação inserida no diretório BAD, da responsabilidade dos arquivos municipais. Os 20 arquivos que não responderam ao questionário, dez deles, no Diretório, não referem possuir um SE. Os restantes dez arquivos desenvolvem principalmente visitas guiadas. Alguns oferecem uma outra atividade e um deles refere «sessões pedagógicas sobre arquivos e história local com o objetivo de sensibilizar as crianças para o trabalho realizado nos Arquivos, bem como a importância de salvaguardar e difundir a documentação» (2019). Outro arquivo indica que integra o SE do município que faz as visitas guiadas ao arquivo e às exposições temáticas, dinamizando os acervos e despertando o sentido de cidadania. Igualmente, há um arquivo que integra um SE comum aos centros de documentação do município e «desenvolve um conjunto das atividades que complementam, reforçam os conteúdos programáticos, apostando essencialmente em temáticas locais que potenciem o conhecimento sobre a terra, estimulando o sentimento de pertença. O Público-alvo vai do Pré-escolar, atravessando o 1º, 2º, 3º Ciclos, Ensino Secundário, Universidades Seniores e outros grupos que demonstrem interesse em participar nas

atividades propostas.» (2019).

### Identificação dos inquiridos no questionário

Foram inquiridos os representantes dos 48 arquivos municipais que se encontram registados no Diretório BAD. No total obtiveram-se 28 respostas.

Como já se referiu, esta amostra por conveniência não permite tirar conclusões sobre o tema do SE no arquivo municipal, e o número de respostas muito reduzido também não confirma nenhuma inferência. Os resultados e sua discussão servirão para tecer comentários e considerações cruzando com as leituras efetuadas durante a revisão da literatura.

A função exercida no arquivo pelos 28 respondentes obteve os seguintes resultados: 50% são responsáveis pelo arquivo, 46% têm uma função técnica e 4% são chefe de divisão. Na categoria profissional 82% são técnicos superiores, 14% técnicos profissionais e 4% assistentes técnicos (n=28).

### Caraterização do Serviço Educativo

Dos 28 arquivos que responderam, 13 afirmam que possuem um SE (10 têm um plano de atividades exclusivo para este serviço e seis têm um orçamento para desenvolver atividades) e entre os 15 que responderam que não têm criado o serviço, há quatro que afirmam que desenvolvem visitas e outras atividades quando solicitados pelas escolas.

Relativamente ao tipo de atividades que os SE desenvolvem, 14 arquivos responderam e observa-se na figura 2 que as visitas guiadas/orientadas ao arquivo são as mais desenvolvidas com 14 referências, as oficinas de carácter pedagógico com 10 referências, as exposições com nove, as oficinas de carácter lúdico com sete, os colóquios/encontros/palestras com cinco, as visitas guiadas/orientadas ao património local e regional com quatro, outras atividades não especificadas três e o teatro com duas referências.

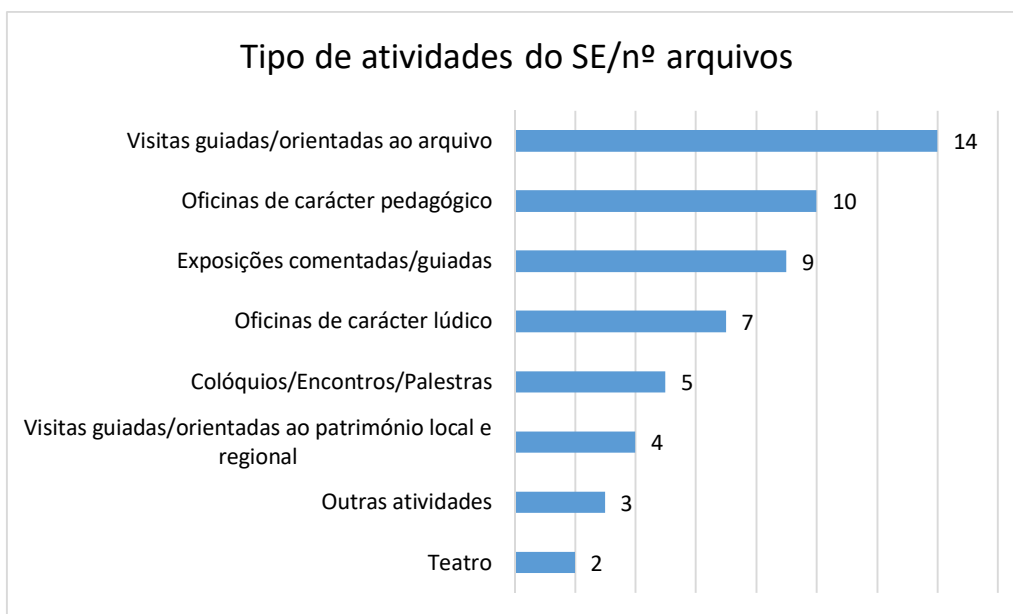
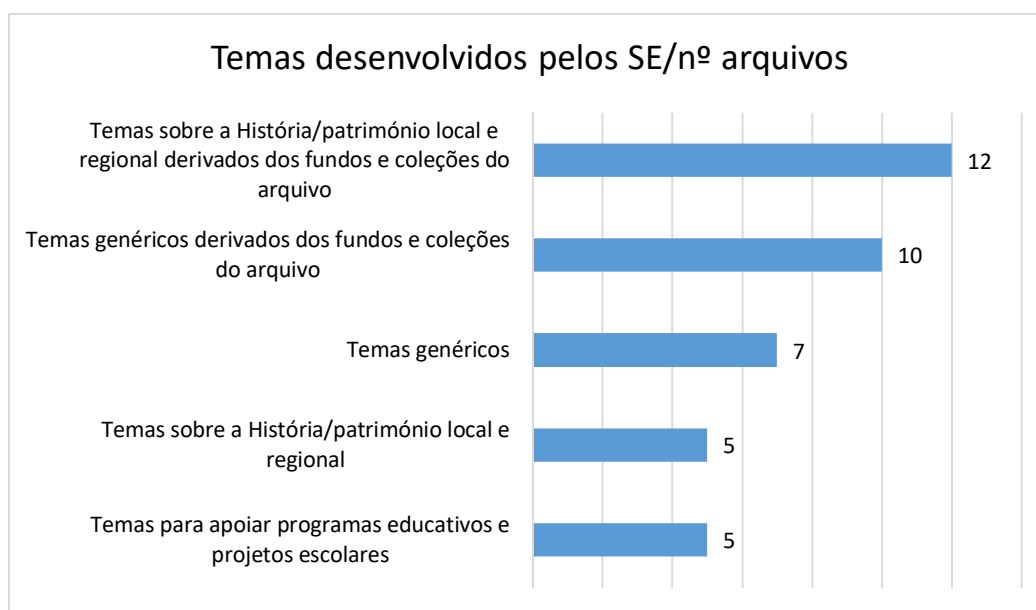


Figura 2: Tipo e Atividades desenvolvidas pelos Arquivos Municipais (n=14)

É evidente que a atividade do tipo *visitas guiadas* aos arquivos é a mais realizada, porque não exige mais meios técnicos e financeiros. Constata-se que é também a ação que menos exige preparação prévia, podendo ser realizada em qualquer momento com os recursos

humanos existentes. De referir como muito positivo a realização da atividade *oficinas com carácter pedagógico*.

Quanto aos temas desenvolvidos nas atividades/programas/projetos/ações do SE, 12 arquivos mencionam os *Temas sobre a História/património local e regional derivados dos fundos e coleções do arquivo*, 10 arquivos mencionam os *Temas genéricos derivados dos fundos e coleções do arquivo*, sete arquivos mencionam *Temas genéricos*, cinco mencionam *Temas sobre a História/património local e regional* e os *Temas para apoiar programas educativos e projetos escolares* (n=14) (figura 3).

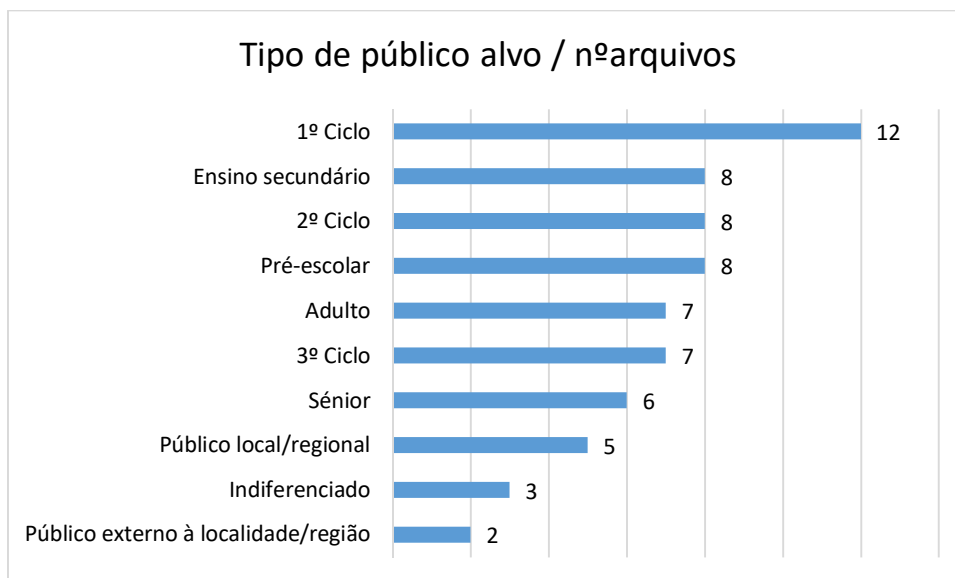


**Figura 3:** Temas desenvolvidos pelos SE (n=14)

Com a diversidade de temas a abordar nas ações do SE, privilegiar a história da localidade e da região, onde se situa o arquivo municipal, a partir dos fundos e coleções, exige da parte do arquivo um esforço a nível de tratamento técnico dos documentos à sua guarda e um papel eficiente na comunicação. Os resultados revelam a consciência destes 12 profissionais no interesse pela educação dos seus públicos nos temas relacionados com o seu território e cultura regional. De referir que muitos arquivos não têm profissionais especializados para tratarem tecnicamente os documentos, nem uma investigação já elaborada sobre a localidade. No comentário nº 2, da figura 9, o respondente do questionário afirma que desenvolve a divulgação da história local, no SE, com recursos aos documentos do arquivo, cruzando-os com as informações de outras instituições locais. Esta é uma tendência, que em Portugal, poderá a vir a ser implementada de acordo com o Decreto-Lei n.º 55 de 6 de julho (2018).

O tipo de público-alvo a que se destinam as atividades do SE pode observar-se na figura 4 (n=14), 12 arquivos mencionam o público do 1º ciclo do ensino básico, oito arquivos mencionam o público do ensino secundário, o 2º ciclo do ensino básico e o pré-escolar; sete arquivos mencionam o público adulto e o 3º ciclo do ensino básico; seis o público sénior, cinco o público local/regional, três o público indiferenciado e dois o público externo à localidade/região.





**Figura 4:** Público-alvo das atividades desenvolvidas pelos SE (n=14)

O público do 1º ciclo é o tipo de público-alvo privilegiado, seguido de públicos de outros graus de ensino. Isto evidencia o papel essencial das escolas e professores de trazer os alunos aos arquivos. Por outro lado, estes resultados demonstram pouca diversificação do público-alvo a trabalhar nas atividades. Se retirarmos o público escolar (do pré ao secundário) as atividades revelam-se pouco criativas para outros públicos, como o adulto em geral, o público turístico, etc.

### **Perceções dos inquiridos sobre questões relativas ao Serviço Educativo**

Questionou-se, numa pergunta aberta, se o SE do arquivo desenvolvia parcerias. Sete arquivos responderam afirmativamente, como podemos ler nas respostas abaixo mencionadas (figura 5).

|          | Respostas   |
|----------|---|
| <b>1</b> | «Em 2018 colaboramos na Semana do Ambiente e da Criança, uma iniciativa da autarquia, com uma oficina de limpeza e preservação dos documentos intitulada "Os bichos dos livros". Procuramos introduzir provérbios nas atividades, numa parceria que se tem desenvolvido pontualmente com a Associação Internacional de Paremiologia. Colaboramos com o Município no Programa Férias Ativas, acolhendo jovens dos 12 aos 16, que queiram conhecer o Arquivo, em que aproveitamos os jovens para a realização de simples tarefas e é-lhes demonstrado um pouco do que trabalho que se desenvolve no Arquivo.» |
| <b>2</b> | «Desenvolvemos parcerias com outros serviços da Câmara Municipal, associações, entidades sem fins lucrativos, etc.»   |
| <b>3</b> | «Com a biblioteca municipal desenvolvemos uma parceria em que uma técnica do serviço educativa colabora no arquivo desenvolvendo um teatro.»  |
| <b>4</b> | «Parcerias internas, com outros serviços do município. Parcerias externas, com colectividades e outras entidades locais e regionais.»   |
| <b>5</b> | «As parcerias existentes atualmente correspondem aos serviços internos deste município.»  |
| <b>6</b> | «Com a biblioteca municipal, por nos situarmos no mesmo espaço físico e sermos serviços complementares.»  |
| <b>7</b> | «As parcerias são desenvolvidas com outros serviços municipais, agentes locais (escolas, associações) ou nacionais (no caso de exposições ou organização de colóquios).»  |

**Figura 5:** Respostas à questão sobre as parcerias no SE (n=7)

A nível de parcerias, os resultados demonstram que estas se mantêm sobretudo a um nível municipal onde as diferentes valências culturais comunicam entre si, como é o caso da biblioteca municipal. Não existe nenhum exemplo de parceria com uma instituição privada local, apesar de se citar, nas respostas 1, 2, 4 e 7 as coletividades e associações locais.

Solicitou-se aos responsáveis pelos arquivos para classificar a importância da existência de parcerias para as boas práticas no SE do Arquivo, através dos níveis *pouco importante*, *importante* e *muito importante* e *sem opinião*. Obtiveram-se 28 respostas e a tabela de classificação visualiza-se na figura 6.

A opinião que os inquiridos têm sobre as parcerias a efetuar pelo SE com a biblioteca e o museu municipal - 64% consideram muito importante, 32% importante e 4% não tem opinião. As parcerias com outros serviços municipais - 39% consideram muito importante, 54% importante e 7% sem opinião. As parcerias com associações locais - 64% consideram muito importante, 25% importante, 11% sem opinião. As parcerias com as instituições locais (escolas, centro de saúde, etc.) - 71% consideram muito importante, 18% importante, 11% sem opinião. Com empresas locais - 14% consideram muito importante, 57% importante, 11% pouco importante e 18% sem opinião. Quanto às parcerias com Rede de Bibliotecas Escolares - 46% consideram muito importante e igual valor para importante e sem opinião 7%. Com a comunidade intermunicipal - 43% importante e 39% muito importante, 4% pouco importante e 14% sem opinião. Parcerias com arquivos de outros municípios - 54% consideram muito importante, 32% importante, 4% pouco importante e 11% sem opinião. As parcerias com organismos nacionais - 43% consideram muito importante, 39% importante, 7% pouco importante e 11% sem opinião. Outras parcerias não especificadas foram designadas - 11% como muito importantes, 36% importantes e 14% pouco importantes e 39% sem opinião.

| SE e parcerias com:           | Pouco Importante | Importante | Muito importante | Sem opinião | Média | Desvio padrão |
|-------------------------------|------------------|------------|------------------|-------------|-------|---------------|
|                               | %                | %          | %                | %           | Ø     | ±             |
| Biblioteca e Museu municipal  |                  | 32         | 64               | 4           | 2.71  | 0.53          |
| Outros serviços municipais    |                  | 54         | 39               | 7           | 2.54  | 0.64          |
| Associações locais            |                  | 25         | 64               | 11          | 2.86  | 0.59          |
| Instituições locais           |                  | 18         | 71               | 11          | 2.93  | 0.54          |
| Empresas locais               | 11               | 57         | 14               | 18          | 2.39  | 0.92          |
| Rede de Bibliotecas Escolares |                  | 46         | 46               | 7           | 2.61  | 0.63          |
| Comunidade Intermunicipal     | 4                | 43         | 39               | 14          | 2.64  | 0.78          |
| Arquivos de outros municípios | 4                | 32         | 54               | 11          | 2.71  | 0.71          |
| Organismos nacionais          | 7                | 39         | 43               | 11          | 2.57  | 0.79          |
| Outras parcerias              | 14               | 36         | 11               | 39          | 2.75  | 1.14          |

Figura 6: Classificação sobre as parcerias a efetuar pelo SE (n=28)

Destaca-se no item *Muito importante* o valor 71% dado às parcerias com instituições locais, valorizando-se seguidamente a biblioteca, museu municipal e as associações locais. Dentro das instituições locais, temos as escolas que são uma parceria primordial (Gouveia, 2008).

A estreita relação que se deveria criar entre SE dos arquivos (locais e nacionais) com bibliotecas e museus deveria ser uma ação cultural mandatária para harmonização de programas, orçamentos,

recursos humanos, etc. (Bellotto, 2014) reposicionando o arquivo como memória viva da comunidade a par das instituições já muito consolidadas na sociedade, como a biblioteca e o museu (Courchesne, 1999).

Os profissionais têm consciência da importância do estabelecimento das parcerias locais, mas será necessário ainda trabalhar para que se revele como essencial a cooperação interinstitucional (Alvim, Salgado e Vargues, 2017). Os arquivos de outros municípios foram eleitos para as parcerias em terceiro lugar e contrariam a tendência para valorizar as parcerias locais. A Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) surge valorizada em quarto local e as empresas locais em sétimo. As parcerias deveriam ser muito valorizadas, tanto com as instituições/associações públicas ou privadas como com a sociedade civil em geral. Nesse sentido, as parcerias do SE com as empresas locais deveriam ser mais incentivadas porque poderiam mobilizar recursos financeiros e outros. As parcerias com RBE poderiam mobilizar e partilhar recursos humanos e documentais e fortalecer o SE junto das instituições escolares.

Pedi-se a opinião, numa pergunta aberta quanto à necessidade do arquivo criar/manter/alterar/modificar o serviço educativo. Obtiveram-se 24 respostas identificadas de R1 a R24 (figura 7).

|            | Respostas   |
|------------|---|
| <b>R1</b>  | «[?] modificar o serviço educativo.»  |
| <b>R2</b>  | «O arquivo tem de inovar constantemente a oferta de modo a fidelizar o público que geralmente adere às iniciativas / atividades propostas, bem como para cativar novos públicos. Para o efeito, é importante criar sinergias com as escolas do concelho e, eventualmente, com outras entidades.»  |
| <b>R3</b>  | «Embora ainda não tenha sido criado um verdadeiro serviço educativo, este arquivo tem vindo a desenvolver actividades nesse sentido, quer para crianças, quer para adultos. É nossa intenção estendê-lo às escolas, tendo já sido elaborado um plano de actividades para lhes ser apresentado, de forma a receber as crianças já no próximo ano.»   |
| <b>R4</b>  | «Manter e melhorar, mas para a prestação de um bom serviço seria fundamental o reforço da equipa do arquivo.»   |
| <b>R5</b>  | «Sim, o Arquivo tem o seu serviço educativo criado mas periodicamente é necessário revê-lo. Com a revisão pretende-se chegar a outros públicos, por um lado, e, por outro lado, renovar-se as atividades e as matérias/assuntos tratados.»  |
| <b>R6</b>  | «Atendendo à realidade deste município, julgo que um serviço educativo que vise a promoção da cultura e cidadania, deverá ser sempre projetado e desenvolvido em articulação com outros serviços do Município, com particular destaque para a biblioteca Municipal e Gabinete de Educação e Cultura de modo a que haja conjugação de esforços na gestão de recursos, na divulgação de conteúdos e na elaboração das ferramentas inerentes. Neste Município, o serviço educativo ainda se encontra por desenvolver dado que o serviço tem um enquadramento administrativo, exercendo sobretudo atividades no âmbito da modernização administrativa.» |
| <b>R7</b>  | «Sim considero que é importante criar esse serviço.»  |
| <b>R8</b>  | “O Arquivo necessita criar um serviço educativo contínuo e com pessoal especializado.”  |
| <b>R9</b>  | «Sim, considero importantíssima a existência de um serviço educativo no Arquivo Municipal. É um serviço que chama um público diversificado ao Arquivo, que de outra forma dificilmente cá viria. Permite-nos mostrar o que fazemos no nosso equipamento, as nossas funções, os nossos objetivos e sobretudo chamar a atenção para a preservação do património documental.»  |
| <b>R10</b> | «Devemos continuar com o serviço educativo mais focado nos fundos do arquivo e com temas locais.»   |
| <b>R11</b> | «Necessita de melhorar o seu serviço, o que é limitado por falta de recursos humanos e físicos.»  |
| <b>R12</b> | «A existência de um serviço educativo é importantes e imprescindível para dar a conhecer os arquivos de uma forma geral e este em particular e chegar, por via das crianças e estudantes aos restantes munícipes e cidadãos.»   |
| <b>R13</b> | «O Arquivo Municipal de [...] está a dar os primeiros passos no âmbito do Serviço Educativo. Temos recebido algumas escolas e feito visitas guiadas. A partir de Setembro iniciaremos três atividades regulares: uma exposição de rua; a actividade "O Sr. Documento vai hoje à escola" e "Às quartas no Arquivo.»  |

|            |   |
|------------|---|
| <b>R14</b> | «No nosso entender, o serviço de arquivo deveria ter um técnico a fazer exclusivamente esse trabalho. No entanto, a escassez de recursos humanos não nos permite cumprir esse intento.»   |
| <b>R15</b> | «Sim considero, porque é importante preservar e dar a conhecer os documentos que fazem parte da história do nosso concelho.»  |
| <b>R16</b> | «As maiores dificuldades consistem, por um lado, na deslocação da comunidade escolar resultante da falta de transporte e disponibilidade de horários em alguns dos ciclos educativos e, por outro, na falta de recursos humanos especializados no arquivo municipal.»   |
| <b>R17</b> | «O arquivo municipal tem apenas um funcionário. Os próximos 2 anos serão necessários para completar a instalação do arquivo que praticamente não existia (funcionava) como tal. Nesse sentido tratando-se de um pequeno município com poucos recursos, seria necessário conjugar esforços com o pessoal adstrito ao museu e biblioteca e ou outro serviço para implementar verdadeiramente um serviço educativo que poderia beneficiar as 3 unidades culturais: arquivo, museu e biblioteca.»   |
| <b>R18</b> | «A existência de um serviço educativo é fundamental para criação de sinergias entre o arquivo e a comunidade, permitindo um conhecimento mais vasto e consciente do que são os Arquivo, o que fazem, como fazem, e qual o seu papel na sociedade. Na nossa perspectiva o serviço educativo deverá ser avaliado e modificado sempre com objectivo de introduzir melhorias.»  |
| <b>R19</b> | «Penso que é de todo o interesse a existência de um serviço educativo, embora nem sempre seja possível, devido a vários constrangimentos, nomeadamente a falta de pessoal especializado no Arquivo para desenvolver trabalho no serviço educativo. A solução na minha opinião deverá sempre passar pela colaboração com outros serviços municipais, em especial com os museus e bibliotecas da autarquia. São serviços que normalmente já detêm alguns técnicos vocacionados para a área educativa, o que permite o desenvolvimento de actividades que poderão envolver o Arquivo e os seus técnicos. O Arquivo que represento já desenvolveu algumas actividades direccionadas ao público escolar em parceria com o museu municipal e resultaram em pleno. Também já desenvolvemos actividades sem colaboração de outros serviços, também com sucesso, mas torna-se mais difícil, devido à escassez de recursos humanos e de tempo para disponibilizarmos a este tipo de actividades.» |
| <b>R20</b> | «Neste momento, considerando as instalações precárias não faz sentido a criação do serviço educativo. Esperamos em breve, com as novas instalações, podermos desenvolver um serviço educativo dinâmico.»  |
| <b>R21</b> | «O serviço está preparar um projeto de serviço educativo cujo início se prevê no próximo ano.»  |
| <b>R22</b> | «Apesar de apenas termos actividades pontuais direccionadas a crianças entre os 6 e os 10 anos, consideramos fundamental a existência de um serviço educativo para que a comunidade escolar perceba desde cedo o que é um arquivo e que tipo de documentação e de informações poderão retirar desta instituição. O serviço educativo apenas não tem sido uma aposta por questões de escassez de recursos humanos (um técnico superior e um técnico profissional).»  |
| <b>R23</b> | «O arquivo não tem recursos humanos para desenvolver este tipo de actividades.»   |
| <b>R24</b> | «Na minha opinião não vejo necessidade de criar um serviço educativo no arquivo pois já existem vários serviços educativos organizados no município e que podem, em parceria, exercer essa função.»   |

**Figura 7:** Respostas à questão se consideram que o arquivo necessita de criar / manter / alterar / modificar o serviço educativo (n=24)

Em geral, nas respostas denota-se uma grande vontade de criar (R7) inovar ou modificar o SE, cativando novos públicos e com sinergias direccionadas para as escolas (R1, R2, R5, R9, R12, etc.). Estes profissionais têm a consciência de que o SE deverá trabalhar mais com a comunidade escolar (R3, R13, R22, R21, etc.).

O reforço dos recursos humanos no arquivo para criar/manter/modificar o SE foi um tema bastante abordado (R4), nomeadamente a necessidade do arquivo possuir pessoal especializado (R8, R14). A falta de recursos humanos foi o item mais referenciado como um problema a combater (R11, R16, R19, R22, R23), assim como a falta de tempo para exercer estas funções por parte dos técnicos de arquivo (R19). Há arquivos que estão na fase de instalação e não têm a preocupação para já da constituição do SE (R17) e outros porque não têm condições físicas para o criar (R20).

A questão das parcerias com o arquivo, sobretudo a articulação com os serviços municipais, foi

muito mencionada (R6, R17, etc.) e proposta como uma solução para a falta de recursos humanos nos arquivos (R19). Por outro lado, a existência de um SE comum ao município, onde as iniciativas do arquivo fossem incluídas, poderia ser uma alternativa à criação de um SE restrito ao arquivo (R24).

Um único respondente (R15) comentou a questão do trabalho do SE focado nos fundos dos arquivos e nos temas locais.

Seguidamente, colocaram-se três questões, a primeira sobre se o trabalho do SE deveria ser realizado a partir dos fundos e coleções que o arquivo possui e 72% das respostas acham muito importante, 28% importante. A segunda questão sobre se os temas a tratar deveriam ser de história local/regional a partir dos fundos e coleções que o arquivo possui, foi considerada 84% muito importante e 16% importante. E por fim, a terceira, sobre se os colaboradores/técnicos do arquivo deveriam ter formação específica para dinamizar um serviço educativo, teve 80% muito importante, 16% importante e 4% pouco importante. Na figura 8 observa-se a classificação pontuada entre pouco importante, importante e muito importante (n=25).

| Questões  | Pouco importante | Importante | Muito importante | Média | Desvio padrão |
|---|------------------|------------|------------------|-------|---------------|
|   | %                | %          | %                | Ø     | ±             |
| 1. Trabalhar a partir dos fundos e coleções que o arquivo possui                                  | -                | 28         | 72               | 2.72  | 0.46          |
| 2. Trabalhar temas de história local/regional a partir dos fundos e coleções que o arquivo possui | -                | 16         | 84               | 2.84  | 0.37          |
| 3. Colaboradores devem ter formação específica para dinamizar o serviço educativo                 | 4                | 16         | 80               | 2.76  | 0.52          |

Figura 8: Classificação de três questões sobre SE (n=25)

Obtiveram-se dois comentários, numa pergunta aberta, à classificação anteriormente apresentada, que são visualizados na figura 9.

| Comentários às questões apresentadas na figura 8 |   |
|--|---|
| 1  | «É urgente que os arquivos/dirigentes entendam, a nível nacional, que têm de deixar de ter uma função meramente depositária. Teremos de repensar, em conjunto, a maneira de chegar ao público e na nossa importância na divulgação dos nossos acervos para a história local e nacional.»  |
| 2  | «Reconheço a importância da formação, mas considero mais importante o aproveitamento dos recursos já existentes, que detém essa formação, bem como das parcerias entre os serviços, como já referi anteriormente. Se desenvolvermos uma actividade de divulgação da história local, com recurso a documentos do Arquivo, a peças do museu, ou mesmo da arqueologia (que se complementem), certamente terá outro impacto junto do público destinatário.» |

Figura 9: Comentários às questões da classificação das questões na figura 8.

Nas duas primeiras questões colocadas, que perspetivam o trabalho do SE a partir dos fundos e coleções, relacionado com os temas da história local/regional, foram consideradas como muito importante com pontuação superior, corroborada no comentário 1 (figura 9). A formação específica para o técnico dinamizar o SE foi igualmente considerada muito importante. Este resultado vem de encontro às opiniões registadas na bibliografia que recomenda o foco do trabalho do SE nos temas locais/regionais dinamizando os documentos arquivísticos.

## Considerações finais

Na impossibilidade de retirar conclusões a partir dos resultados do questionário, pelas razões já

apontadas no *Método*, apresentam-se algumas considerações sobre o SE dos arquivos municipais e a memória local.

Percebe-se que os arquivos caminham da tradicional função custodial para um paradigma mais aberto e comunicativo, captando novos públicos e difundindo o seu património arquivístico junto dos cidadãos, para além do património relacionado com a Administração Pública. A necessidade de maior interação dos organismos públicos com o público em geral, está a levar os arquivos aos cidadãos, mas um longo caminho ainda está por percorrer. É indiscutível a função educativa dos arquivos e esse trabalho pode ser exercido pelo próprio arquivo ou articulado com parcerias, das quais se destacam outros organismos do município, como a biblioteca e o museu.

Constata-se nas perceções dos inquiridos, que ainda não se encontra bem definido o papel do SE no arquivo, colocando-se questões sobre se desenvolver meramente ações formativas e pedagógicas ou se a ação educativa se designa exclusivamente pela aproximação à escola e ao público escolar, desenvolvendo ações e atividades culturais que não são particularmente formativas nem específicas e identificativas do arquivo municipal.

Notou-se uma tendência na literatura que recomenda que o SE do arquivo se devia focar na história, na cultura e na informação local, a partir do património arquivístico à sua guarda. Defendia-se a utilização desta estratégia para assegurar a identidade cultural e a memória das comunidades locais num mundo global. Assim, levou-se este parecer à reflexão dos responsáveis dos arquivos, questionando sobre se o SE deveria considerar o contacto com os documentos originais/históricos pelo público e apoiar o ensino da história, valorizando a história local/regional, a partir dos fundos e coleções de cada instituição. Verificou-se uma opinião muito positiva, por parte dos inquiridos, que poderá levar à articulação de ações concretas, como apoiar o trabalho interdisciplinar nas escolas e no desenvolvimento em conjunto dos currículos. No âmbito das políticas culturais e educativas dos municípios, percebe-se que no futuro, o arquivo municipal terá que posicionar o SE na difusão e na comunicação da memória preservada no seu património arquivístico.

Foram detetados, nos questionários, obstáculos nas estruturas organizacionais dos arquivos que impossibilitam a existência do SE, nomeadamente a falta de tratamento técnico dos fundos, a falta de técnicos especializados, com pouca formação e com poucos recursos humanos afetos ao arquivo. Sem ultrapassar esta barreira, os arquivos não podem integrar outras funções. O problema da falta de espaços também constrange as práticas dos profissionais, não tendo um espaço condigno e adaptado para guardar e conservar os documentos, será muito difícil disponibilizar um espaço físico para desenvolver um SE.

Em geral, o SE do arquivo municipal tem sido pouco cuidado, com atividades muito dispersas e em muitos casos tem estado inativo. Podem-se apontar diversas razões, mas o motivo não será só da parte dos arquivos, da falta de formação específica dos recursos humanos, das políticas municipais, mas também da parte da sociedade, de quem consome este serviço, o professor, a escola, o cidadão em geral. Cabe também em tarefa, aos municípios e ao arquivo municipal, proporcionar a formação de públicos, para que no futuro o cidadão possa interpelar, criticar e desafiar a forma como os arquivos produzem, tratam, disponibilizam e tornam acessível a informação, seja a relacionada com a memória e a identidade local, seja a informação mais genérica.

Defende-se um serviço educativo, no arquivo municipal, cada vez mais centrado e focado na difusão e na comunicação da memória local, assente no património arquivístico à sua guarda.

## Referências bibliográficas

- ALBERCH I FUGUERAS, R. (1998) - El Marco del a función cultural de los archivos municipales. Em *XII Jornadas de Archivos Municipales*. Madrid : Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid; Coslada: Ayuntamiento de Coslada.
- ALBERCH I FUGUERAS, R.; BOADAS I RASET, J. (1991) - *La Función cultural de los archivos*. Bergara : Irargi.
- ALVES, L. (2006) - A História local como estratégia para o ensino da História. Em *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 65–72.
- ALVIM, L.; SALGADO, M.; VARGUES, M. (2017) - O acesso global à informação nas regiões: uma proposta de colaboração e parceria entre arquivos, bibliotecas e museus. Em *2º Encontro Bad ao Sul* [Em linha]. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.bad.pt/eventos/wp-content/uploads/2018/01/com04.pdf>.
- ALVIM, L.; SILVA, A. (2016) - Acesso global à informação local: Arquivos municipais portugueses no Facebook. *Actas Encontro Nacional de Arquivos Municipais* [Em linha]. Disponível em WWW:<URL:https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1568/1477>.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS - *Diretório BAD* [Em linha]. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.bad.pt/diretorio/>.
- BARROS, F. (2008) - O Serviço Educativo (SE) do Arquivo Regional da Madeira (ARM): relato de uma experiência como alavanca de outras. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. ISSN 00079421. 1, p. 27–37.
- BEHR, H. (1974) - Les Archives et l'école: Possibilités, problèmes, limites. *Bulletin de l'UNESCO à l'intention des bibliothèques*. 28:3, p. 140–147.
- BELLOTTO, H. (2014) - Arquivo e sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. Em *Arquivo: Estudos e Reflexões*. Belo Horizonte : Editora UFMG. p. 132–144.
- BROCHU, F. (1987) - La diffusion des archives historiques: un rôle éducatif et culturel à exercer dans une perspective mercatique. Em *Réflexions archivistiques*. Montréal : École de bibliothéconomie et des sciences de l'information. p. 25–36.
- CERDÁ DÍAZ, J. (2005) - La Socialización del archivo: Entorno virtual y nuevas estrategias de difusión para el siglo XXI. Em *Jornadas de Archivos Municipales de Cantabria*. 5.
- COMISSÃO CIENTÍFICA DO 12º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS (2016) - Conclusões; Recomendações. *Actas Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. 12.
- COURCHESNE, M. J. (1999) - L'Action éducative en archivistique et em muséologie. *Archives*. 30:2.
- COX, R. (1993) - The Concept of Public Memory and its impact on archival public programming. *Archivaria*. ISSN 0318-6954. 36, p. 122–135.
- eSurvey Creator - [Em linha], atual. 2018. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL:https://www.esurveycreator.com/>.
- FRANZ, E. (1986) - *Archives and education: a RAMP study with guidelines*. Paris : United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- FREITAS, C.; MARINHO, V. (2014) - Arquivos Municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional. Em *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. 11.

- FREITAS, C.; MARINHO, V. (2016) - Situação do Arquivos Municipais: resultados do inquérito. Em *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. 12.
- FREITAS, M. C.; SILVA, C. Guardado da (2016) - O novo e o atual na Arquivística internacional: a desmaterialização, a interoperabilidade, a organização e o uso da informação em evidência (2011-2016). *Actas Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. 12.
- GOUVEIA, N. (2008) - *Arquivo Regional da Madeira – Implementação e desenvolvimento de projectos educativos e culturais: um estudo de caso*. Évora : Universidade de Évora. Dissertação de mestrado.
- HENRIQUES, M. L. (2013) - A Emergência de um novo desafio profissional: os arquivos na formação da identidade cultural e da consciência histórica do cidadão. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 2012/2013:1/2, p. 61–72.
- HENRIQUES, M. L. (2017) - *Património cultural: memória e ensino: O serviço educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa : Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2015) - *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* [Em linha]. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>.
- PATRÍCIO, S. (2016) - Os serviços educativos e os arquivos. Em *Jornadas Ibero-Americanas de Arquivos Municipais* [Em linha]. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Eventos/jornadas\\_iberamericanas/ams\\_sandrapatricio.pdf](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Eventos/jornadas_iberamericanas/ams_sandrapatricio.pdf)>.
- PÉREZ HERRERO, E. (2006) - Las funciones conservadora, cultural, educativa y de ocio de los archivos. *Biblid*, 9, p. 41–62.
- PÉTILLAT, C.; GUIGUENO, G. (2016) - *Les Activités éducatives dans les services d’archives*. Paris : Service interministériel des archives de France Inspection des patrimoines.
- PIPON, B.; LAUBIE, X. (2011) - *Archives et pédagogie: les services éducatifs*. [Em linha]. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.piaf-archives.org/sites/default/files/bulk\\_media/m12s2/section2\\_papier.pdf](http://www.piaf-archives.org/sites/default/files/bulk_media/m12s2/section2_papier.pdf)>.
- PORTUGAL. DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª SÉRIE, *Decreto-Lei n.º 55*. Nº129 (6 de Julho de 2018). [Em linha]. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/dl\\_55\\_2018\\_afc.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/dl_55_2018_afc.pdf)>.
- TORRES LÓPEZ, C. (2010) - Los archivos y sus nuevas funciones. *Revista General de Marina*, (7), p. 253–266. [Em linha]. [Consult. 01 setembro 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.armada.mde.es/archivo/rgm/2010/03/cap04.pdf>>.

## **Anexo 1: Lista dos arquivos municipais respondentes ao questionário**

Arquivo Histórico Municipal Albufeira

Arquivo Municipal Arcos de Valdevez

Arquivo Municipal Beja

Arquivo Municipal Constância

Arquivo Municipal Estremoz

Arquivo Municipal Évora

Arquivo Municipal Lagoa



|  |
|--|
| Arquivo Municipal Mealhada                   |
| Arquivo Municipal Mértola                    |
| Arquivo Municipal Mondim de Basto            |
| Arquivo Municipal Montemor-o-Novo            |
| Arquivo Municipal Moura                      |
| Arquivo Municipal Olhão                      |
| Arquivo Municipal Oliveira de Azeméis        |
| Arquivo Municipal Ponte da Barca             |
| Arquivo Municipal Ponte de Lima              |
| Arquivo Municipal Santa Maria da Feira       |
| Arquivo Municipal São Pedro do Sul           |
| Arquivo Municipal Sines                      |
| Arquivo Municipal Tavares Gravato/Murtosa    |
| Arquivo Municipal Tavira                     |
| Arquivo Municipal Torres Novas               |
| Arquivo Municipal Torres Vedras              |
| Arquivo Municipal Vale de Cambra             |
| Arquivo Municipal Vidigueira                 |
| Arquivo Municipal Vila Nova de Famalicão     |
| Arquivo Municipal Vila Real de Santo António |
| Arquivo Municipal Vila Verde                 |

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2019.

